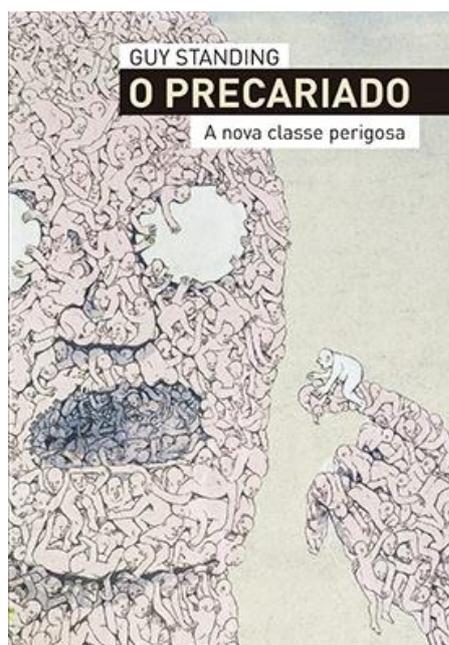


## Resenha

### O NÃO LAZER DO PRECARIADO: “A NOVA CLASSE PERIGOSA”<sup>1</sup>

Thadeu de Sousa Brandão<sup>2</sup>  
Sheyla Paiva Pedrosa Brandão<sup>3</sup>



<sup>1</sup> STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Tradução de Cristina Antunes. Revisão da tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

<sup>2</sup> Sociólogo, Mestre e Doutor em Ciências Sociais, professor do Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais da UFERSA (Universidade Federal Rural do Semi-Árido). E-mail: thadeu@ufersa.edu.br

<sup>3</sup> Assistente Social, Mestre em Serviço Social e Doutoranda em Ciências Sociais, UFRN, professora do Curso de Serviço Social da Universidade Potiguar. E-mail: sheylapedrosa@unp.br

O economista inglês Guy Standing nos brinda com um livro que discute a emergência de uma classe em formação a que ele chama de “precariado”. O contexto que embala essa trama histórica é o mesmo que o autor chama de globalização, ampliado pelas políticas neoliberais e tornado agudo pela crise de 2008.

O advento da globalização e a ascensão de um modelo de gestão do trabalho “flexível”, principalmente a partir da década de 1980, levou inúmeros países a aumentarem a flexibilidade do mercado de trabalho, transferindo os riscos e a insegurança para os trabalhadores e suas famílias. A consequência principal tem sido a criação de um “precariado” a nível global, que consiste basicamente em milhões de pessoas sem uma âncora de estabilidade. Standing informa que “eles estão se tornando uma nova classe perigosa” (p. 15). Isso porque, com seu trabalho e modo de vida cada vez mais precarizado, tornam-se propensos a ouvir vozes políticas reacionárias e a usar seus votos para uma plataforma política conservadora de crescente influência. Isto posto, temos que o verdadeiro sucesso da dita agenda “neoliberal” termina por possibilitar uma agenda mais reacionária ainda. Guy Standing alerta: é necessário agir antes que o monstro ganhe vida.

Que agenda é essa que se constrói nesse binômio neoliberalismo e precariado? É uma agenda dissociada dos partidos políticos tradicionais e do velho sindicalismo. Depois, a flexibilização imposta terminou por fragilizar a velha classe laboriosa, destruindo os velhos vínculos e submetendo os trabalhadores a preocupações que antes, ao menos nos países onde predominou o *welfare state*, não existiam: precariedade de moradia, de trabalho e de emprego e de proteção social.

Essa flexibilidade foi extremamente ampla: flexibilidade salarial; flexibilidade de vínculo empregatício; flexibilidade do emprego; flexibilidade de habilidade; enfim, tudo o que, de forma sistemática, tornou os funcionários mais inseguros, o que os governos afirmavam ser um preço necessário para a manutenção do investimento e do emprego. Isso se contrapunha ao proletariado em si, caracterizado por trabalhadores com atividades de longo prazo, com empregos estáveis de horas fixas, rotas de promoção estabelecidas, “sujeitos a acordos de sindicalização e coletivos, com cargos que seus pais

e mães teriam entendido, defrontando-se com empregadores locais com cujos nomes e características eles estavam familiarizados” (p. 21).

Standing aponta que a busca de relações de emprego flexíveis tem sido a principal causa direta do crescimento do precariado global. Isto remete a um certo impulso da flexibilidade, marcado por um agudo processo de “remercadorização” do emprego. Tornando esta relação mais suscetível à procura e à oferta, conforme é medida por seu preço, o salário, o que fortalece a formação do precariado.

Com o avanço da década de 1990, o proletariado vai sendo, paulatinamente, substituído (em setores e em parte, obviamente) por trabalhadores que vivenciavam cada vez mais uma certa informalidade, ou seja, uma existência *precária*. Lembrando que Standing aponta que o precariado é uma “classe em formação”, afinal o conceito de classe não desapareceu. Em vez disso, temos agora uma estrutura de classe global mais fragmentada, onde o precariado é seu maior grupo. Mesmo assim, é possível afirmar que o precariado tem características de *classe*: trabalhadores que têm relações de confiança mínima com o capital e o Estado, o que as torna completamente diferentes do assalariado. Sem garantias de trabalho e contrato social, como o proletariado, o precariado é *sui generis* em termos de classe. Verdadeira mão-de-obra temporária, o precariado não é um *lumpenproletariado* sem perspectivas ou desempregado. Longe disso, a precariedade aqui trabalhada tem a ver com a falta de uma identidade sólida pautada no trabalho, onde as garantias formais do trabalho, antes existentes, não aparecem em conjunto para esse grupo.

Guy Standing afirma que:

o precariado consiste em pessoas que são desprovidas das sete formas de garantia relacionadas ao trabalho (...) e perseguidas pelos social-democratas, partidos trabalhistas e sindicatos após a Segunda Guerra Mundial como sua agenda de ‘cidadania industrial’ para a classe trabalhadora ou para o proletariado industrial. (...) [Quadro] Formas de garantia e segurança de trabalho nos termos da cidadania industrial – *Garantia de mercado de trabalho* (...). *Garantia de vínculo empregatício* (...). *Segurança no emprego* (...). *Segurança no trabalho* (...). *Garantia de reprodução de habilidade* (...). *Segurança de renda* (...). *Garantia de representação* (p. 27-28).

Essas ausências de garantias e seguranças são a marca dessa classe em formação. Ela carece de uma *identidade* baseada no trabalho e tem a vulnerabilidade e a precariedade como marcas. O precariado compartilha entre si um sentimento de que seu trabalho é útil (para viver), oportunista (pegar o que vier) e precário (inseguro). Neste sentido, os migrantes são um dos maiores símbolos do precariado, devido a sua natureza de “habitante”, em oposição da de “cidadão”. Naquela categoria, os direitos limitados de cidadania são a marca principal. A criminalização da pobreza, parte da política de formação do precariado, que incide sobre pequenos crimes, incluindo relações ligadas aos esquemas de assistência social e também comportamentos desviantes: os trabalhadores temporários, desprovidos de carreiras, os “habitantes” migrantes, batalhadores criminalizados, requerentes de benefícios sociais. O número só aumenta.

O precariado está sendo alimentado por um extraordinário número de pessoas que foram criminalizadas de uma maneira ou de outra. (...) Uma característica da globalização é o crescimento do encarceramento. Cada vez mais pessoas são detidas, acusadas e presas, tornando-se “habitantes”, sem direitos vitais, a maioria delas limitada a uma existência precariada. Isso tem tido muito a ver com o renascimento do utilitarismo e com um zelo pelos criminosos penalizados, juntamente com a capacidade técnica da vigilância do Estado e a privatização dos serviços de segurança, das prisões e das atividades relacionadas (p. 138).

Nesse processo de criminalização da pobreza, a prisão torna-se uma instituição abrangente e um instrumento de política pública. Ela se transmuta também em uma verdadeira incubadora do precariado, uma espécie de laboratório para a vida precariada. Um círculo vicioso *foucaultiano* se impõe: eles reincidem porque não possuem um emprego e não podem conseguir um emprego, porque já estiveram na prisão...

A marca do precariado é o trabalho temporário e o trabalho de meio período. Ambos sistematizaram a entrada de vastas porções jovens de mão-de-obra no mercado de trabalho. Assim como os estágios, são veículos eficazes para canalizar os jovens rumo ao precariado. O emprego temporário possui vantagens de custo para as empresas: os salários são mais baixos, evita-se o pagamento com base na experiência, o direito aos benefícios da empresa é menor, etc. Tem-se aí “o modelo de ‘melhor prática’ do

McDonald's" que envolve "desqualificação, remoção de funcionários com longo tempo de serviço, rompimento com o sindicato e salários e benefícios empresariais mais baixos" (p. 59). Aqueles que são submetidos por toda a vida ao trabalho temporário possuem uma redução do controle de seu tempo em si, na medida em que esses trabalhadores temporários devem estar sempre de prontidão em busca de um novo emprego; onde o tempo que se deve dedicar ao emprego termina muitas vezes ultrapassando o tempo no emprego.

A terceirização, outra característica fundamental do precariado, é talvez o processo que mais avançou, não apenas nos países desenvolvidos, mas também nas economias emergentes. O exemplo do Brasil e na regulação da terceirização pelo seu Parlamento neste ano é um exemplo desse processo. As empresas que dominam o mercado e impõem os padrões de gestão do trabalho dominantes estão terceirizando grande parte de suas tarefas, enquanto preservam uma pequena massa assalariada. A terceirização tornou-se um termo genérico para a sobreposição de processos, pois sintetiza várias de formas de flexibilidade, em que as divisões de trabalho são mais fluidas, onde os locais de trabalho se misturam entre a casa e os espaços públicos, onde as jornadas de trabalho são flutuantes e as pessoas podem agregar várias condições de trabalho e possuir vários contratos ao mesmo tempo.

O fenômeno é agravado pelo processo contínuo de flexibilização do trabalho que agrega, ao mesmo tempo, a desregulamentação de velhos direitos e prerrogativas trabalhistas, conquistadas pelos trabalhadores ao longo de décadas com a flexibilização salarial. O nível da renda recebida pela maioria dos trabalhadores tem diminuído paulatinamente, mas sua insegurança de renda tem aumentado ainda mais. O aumento vertiginoso da desigualdade, apesar do crescimento contínuo da riqueza em países como os EUA é uma marca indelével desse processo. Essa reestruturação de renda significa que os *custos* de vida estão subindo para quem vive na insegurança econômica. Ao mesmo tempo, o desmantelamento de instituições de proteção social, saúde e educação, com o avanço de políticas neoliberais fazem com que a incerteza econômica se torne mais grave ainda.

Quem forma e engrossa o contingente do precariado, afinal? Standing traça o perfil: mulheres, solteiras, jovens (homens também) em estágio educacional (médio ou superior), imigrantes, e grupos desviantes. Importa apontar que não se trata de um perfil absoluto, mas tendências em todos os grandes mercados de trabalho. A crítica que o autor faz aos processos de formação técnica e superior em massa é significativa: os sistemas educacionais mercadorizados estão sendo reestruturados para empurrarem cada vez mais jovens para o sistema de trabalho flexível, baseado em uma elite privilegiada, uma pequena classe trabalhadora técnica e um precariado crescente. Nas escolas e universidades para as massas, fica a ilusão do “finjo que ensino e você finge que aprende”.

“Os migrantes são a infantaria ligeira do capitalismo global” afirma Standing (p. 173). Os migrantes, dos mais variados tipos, representam o barril de pólvora na competição por empregos, principalmente nos países desenvolvidos, onde as massas de todos os lugares afluem, fugindo da miséria, de conflitos e da pobreza. Os trabalhadores autóctones passam a ver os imigrantes como o grande problema a ser enfrentado, vendo-os como inimigos e “ladrões” de seus empregos e de seus direitos previdenciários e sociais.

Os membros do precariado são marcados pela inserção em formas inseguras de trabalho que provavelmente não os ajudarão a construir uma identidade desejável ou uma carreira cobiçada. Ao mesmo tempo que o precariado é eivado por formas de existência precarizada, seu lazer também é precário. Seja pela absorção fácil e contingente de toda uma parafernália eletrônica que permeia cada aspecto das suas vidas, seja através de um lazer pautado pelo trabalho e pela necessidade de “reciclagem” constante, onde o pensar, o vivenciar processos educativos e lúdicos são substituídos por formas cada vez mais alienantes de “diversão”. Marcado pelo curto prazismo, temos quase toda uma geração induzida pela baixa probabilidade de progresso pessoal ou de construção de uma carreira.

A internet, o hábito de navegar, o envio de mensagens curtas, o Facebook, o Twitter e outras mídias sociais – tudo isso está agindo para reprogramar o cérebro. Essa vida digital está danificando o processo de consolidação da memória de longo prazo que é a base do que gerações de seres humanos vieram a considerar como inteligência, a capacidade de raciocinar mediante processos complexos e de criar novas ideias e modos de imaginação (p. 39).

Alarmismo a parte, Standing mostra que esse universo digitalizado não possui respeito pela contemplação ou pela reflexão; ele proporciona a estimulação e a gratificação instantâneas, impelindo o cérebro a dar mais atenção às decisões e reações de curto prazo. Daí que, surge a figura do “multitarefeiro”, o indivíduo que executa várias ações e que é um excelente candidato ao precariado. Com sobrecarga de informação e cada vez mais impelido em processos alienadores, o precariado se vê cada vez mais mercadorizado, coisificado.

Ainda em termos de tempo livre e lazer (ou, como apontamos aqui, não-lazer) do precariado, Standing indica uma característica dessa existência precariada que é a pressão para se estar atarefado o tempo inteiro. De certa forma, o precariado pode assumir vários empregos de uma vez só, seja porque os salários estão caindo, ou por manutenção de seguro ou prevenção de riscos. Um turbilhão de ansiedades, indisposições e depressões, juntamente com o estresse e as tensões de suas vidas inseguras marcam esses indivíduos. Os jovens, em particular, estão cada vez mais conectados o tempo inteiro, sempre ligados, “mas todos nós também estamos, e usamos cada vez mais tempo para fazer e manter uma quantidade cada vez maior de conexões. A quietude e o silêncio estão em perigo. A conectividade preenche cada espaço do tempo” (p. 193-194). Isso gera uma verdadeira “síndrome de déficit de atenção coletiva”. Se estamos na era das “redes sociais”, essa conectividade constante fortalece os laços fracos e enfraquece os laços fortes. Passar uma grande quantidade de tempo on-line se tornou parte da existência do precariado. Isso não deixa de ter um efeito depressivo, já que a rede social virtual está substituindo a real interação com as pessoas.

O crescimento da tarefa, do trabalho por tarefa e do trabalho para reprodução também consome o ócio. A falta de respeito pelo ócio e pela ‘indolência’ reprodutiva e produtiva é um dos piores resultados da sociedade de mercado mercadorizada. Quem experimenta tarefa e trabalho intensos descobre que mente e corpo estão ‘exaustos’ e têm pouca energia ou inclinação para fazer

qualquer coisa que não seja entregar-se à 'diversão' passiva. As pessoas que estão exaustas querem relaxar na 'diversão', muitas vezes assistindo a uma tela ou conduzindo um diálogo com uma série de telas. É claro que todos nós precisamos nos 'divertir' de alguma maneira. Mas se a tarefa e o trabalho são tão intensos, pode ser que não tenhamos nenhuma energia ou disposição para participar de atividades de ócio mais ativas (p. 195).

Importante assinalar que uma das formas de ócio é a participação na atividade artística e cultural, atividades que exigem tempo. Para contemplar e compreender a boa música, teatro, arte e a chamada grande literatura, assim como também para aprender sobre a nossa história e da sociedade em que vivemos, necessitamos de "tempo de qualidade", o tempo em que não estamos distraídos ou nervosos pela insegurança ou cansados das tarefas e do trabalho, ou mesmo pela ausência de descanso. Temos um verdadeiro "déficit de ócio", já que o tempo é percebido como indisponível, absoluto e inegociável. A alienação é tão profunda que os membros do precariado (eu ousaria dizer que quase toda a sociedade) se sentem culpados por ousarem praticar atividades, imaginando que deveriam estar "produzindo" algo.

Jogados em um sistema que glorifica e impõe uma forma de vida baseada em competitividade, meritocracia e flexibilidade, o precariado torna-se uma crescente massa de pessoas em situações descritas como alienadas, anômicas, ansiosas e propensas à raiva. O principal sinal de advertência é o descompromisso político.

Neste sentido, o uso do panóptico é cada vez mais ampliado, como forma de controle do precariado por parte do Estado e do Mercado. Com a expansão da tecnologia e da internet, a invasão de privacidade é cada vez mais comum, onde estratégias de contratação, disciplina, promoção e demissão em empresas e organizações são pautadas pela quantidade imensa de informações fornecidas via internet.

Daí porque, alerta Standing, o precariado deve ser visto como uma classe emergente perigosa. Afinal, um grupo que não vê em seu futuro segurança ou identidade, terminará sentindo medo e frustração, o que pode levá-lo a atacar, estando propício à intolerância, aquilo que considera como as causas de seus infortúnios, como o caso do problema da imigração da Europa vem mostrando. Ou, muito pior, a ascensão da extrema-direita ou de grupos fascistas e populistas. Isto porque, os velhos e tradicionais partidos e instituições políticas dominantes não possuem uma alternativa para oferecer,

além da esperança de crescimento econômico e de empregos. Não apresenta resposta viável para o aumento da insegurança e da desigualdade. A política, cada vez mais dominada por profissionais do mercado político, termina por fortalecer os discursos populistas da extrema-direita.

O utilitarismo que sustenta o Estado neoliberal se reduz à crença de tornar a maioria feliz ao mesmo tempo em que torna a minoria obediente às normas da maioria, por meio de sanções, estímulos e vigilância. É a tirania da maioria, por meio de sanções, estímulos e vigilância. É a tirania da maioria levada a um novo nível de intensidade. Os utilitaristas poderiam sair impunes desde que estivessem lidando com uma pequena subclasse e desde que as rendas estivessem, na pior das hipóteses, estagnadas no extremo mais baixo da sociedade. Uma vez que o precariado cresceu e as rendas começaram a cair acentuadamente, a indignação para com a agenda utilitária e o acolhimento das desigualdades acabaram se tornando obrigatoriamente explosivos (p. 231).

Qual a saída para esse impasse? Guy Standing responde na última parte de seu livro, a qual ele batizou de “Uma política de paraíso”, em contraponto direto à política de inferno descrita por ele no capítulo anterior. Afinal, embora o precariado não tenha se efetivado enquanto uma classe-para-si, ele é uma classe-em-construção, com grande capacidade de identificar o que quer enfrentar e o que deseja construir: um ethos de solidariedade social e universalismo (aos moldes socialistas do século XIX e início do XX?), valores rejeitados pelos utilitaristas e deixados ao largo com a *débâcle* do Socialismo Real.

Não se iluda o leitor: Standing não fala de socialismo aqui. Em sua visão, esses valores transcendem socialismo ou capitalismo e são elementos fundantes da cultura humana, sendo também por isso, opcionais. Para conseguir esse intento, o resgate do valor do trabalho é fundamental. O precariado precisa poder sobreviver com dignidade suficiente, estruturando uma segurança econômica através de uma renda básica mínima universal e sem contrapartidas ou exigências coercitivas. Para isso, é necessário abandonar a dicotomia trabalho *versus* emprego, tornando toda forma de trabalho passível de uma renda, independentemente de sua capacidade, ou não, de gerar “valor” econômico.

Essa ideia de renda básica, que o Brasil conhece, de forma rudimentar, com o Bolsa Família, é levada por Standing às suas últimas consequências. Ele pensa a renda básica como um “dividendo social”, ou seja, um retorno a um investimento passado que é retornado pela sociedade. Ele explica que “toda pessoa rica em toda sociedade deve grande parte de sua boa sorte aos esforços de seus antepassados e aos esforços dos antepassados de pessoas menos ricas”, assim, se todas as pessoas pudessem receber uma renda básica com a qual também pudessem desenvolver suas capacidades, “ela equivaleria a um dividendo dos esforços e da boa sorte daqueles que vieram antes. O precariado tem tanto direito a esse dividendo quanto qualquer outra pessoa” (p. 258).

Algumas soluções são apontadas para o caminho desta consecução, cujas medidas, o autor não tem nenhuma ilusão de serem concretizadas a curto prazo. Afinal, o mesmo coloca que essa execução se daria dentro dos limites do sistema capitalista e, numa forma *sui generis* de ampliação do velho Estado de Bem-Estar Social, permitiria uma sobrevida indelével ao capitalismo. Afinal, de uma sociedade onde uma significativa parte da população mundial é de subconsumidores, ter-se-ia uma ampliação do mercado para uma sociedade onde todos consomem. Interessante é que, ao invés de subsidiar o capital, como hoje fazem os Estados em geral, o subsídio seria direto ao consumidor.

Não há aqui nenhuma forma marxista ou emancipatória no que se refere às classes sociais ou à luta de classes. O olhar do autor é lançado ao precariado e às amplas massas de trabalhadores que travam sua existência no seio maldito da insegurança. Seu caminho e provocações são questionáveis em suas exequibilidades políticas e mesmo econômicas. Ele não propõe nenhuma ruptura da propriedade privada ou do mercado. Sua perspectiva de mudança é, ousamos assinalar, de um keynesianismo um pouco mais radical. Mas, numa era onde as utopias, mesmo as mais tênues, quase desapareceram ou tornaram-se desacreditadas, o trabalho de Standing nos faz olhar para o futuro com menos apreensão. Um pouco menos.

**Cronologia do Processo Editorial**

Recebido em: 14. jan. 2015

Aprovação Final: 09. abr. 2015

**Referência (NBR 6023/2002)**

STANDING, Guy. O precariado: a nova classe perigosa. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. Resenha de: BRANDÃO, Thadeu de Sousa; BRANDÃO, Sheyla Paiva Pedrosa. O não lazer do precariado: "a nova classe perigosa". **Turismo: Estudos & Práticas (RTEP/UERN)**, Mossoró/RN, vol. 4, n. 1, p. 92-102, jan./jun. 2015.